

Data Vencimento	Obrigação	Documento Arrecadação	Fato Gerador e Fundamento Legal	Período Apuração	
11 (Segunda-feira)	ISSQN	DUAM	Fato gerador, prestação de serviç�os constantes da lista a que se refere o artigo 52 da Lei n� 5.040, de 1975 - Código Tributário Municipal (CTM). (Art. 115 do Decreto n� 1.786/15 – RCTM) (Nota 5)	Fevereiro	
	Sociedade Profissional		Os serviç�os prestados por sociedade de profissionais serão calculados em função de cada estabelecimento e em quádruplo, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não. (Art. 117 do Decreto n� 1.786/15 - RCTM) (Nota 1)		
20 (Quarta-feira)	ITU (2� Parcela ou Parcela �nica)		IPTU	Fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, edificado ou não, localizado nas áreas urbanas, de expansão urbana e urbanizável. (Art. 100 do Decreto n� 1.786/15 - RCTM)	Ano Calendário
	IPU (2� Parcela ou Parcela �nica)				
29 (Sexta-feira)	Profissionais Aut�nomos (2� Parcela ou Parcela �nica)		O imposto será calculado mediante a aplicação de alíquotas fixas sobre a Unidade Fiscal de Referência (Ufir). (Arts. 71 e 73 da Lei n� 5.040/75 – CTM) (Nota 1)		
	PPI - 1		O Programa de Parcelamento Incentivado foi regulamentado pelo Decreto n� 1.417/14, para fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2014.		
	PPI - 2		O Segundo Programa de Parcelamento Incentivado, regulamentado pelo Decreto n� 2.721/14, para fatos geradores até 30 de setembro de 2014.		
	ISSQN Shows		Recolhido por estimativa e antecipada, até 02 dias úteis antes da realização do show, evento, espetáculo, congresso ou cong�nere. (Art. 149 do Decreto n� 1.786/15 - RCTM)		
	ISTI		Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acess�o física, e de direitos reais sobre imóveis. (Art. 209 do Decreto n� 1.786/15 - RCTM) (Nota 4)		

DECLARAÇÕES			Fato Gerador
08 (Sexta-feira)	DIOC	Declaração Eletrônica Mensal de Operações com Cartões de Crédito ou Débito, a serem preenchidas mensalmente, referentes às prestações de serviç�os recebidas por meio de cartões magnéticos que contemplem as funções crédito e/ou débito (Art. 198 do Decreto n� 1.786/15 - RCTM) (Nota 5) .	Fevereiro
	DMS	Os prestadores de serviç�os sujeitos � escrituração fiscal convencional deverão adotar a DMS, em substituição ao Livro de Registro de Prestação de Serviç�os, Modelo 1 (Nota 5) .	
	DMS Banco	Declaração Eletrônica Mensal de Serviç�os Bancários e de Estabelecimentos de Crédito e Congêneres, a ser preenchida mensalmente (Nota 5) .	
	DMOI	Cartório de Notas de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos.	
	REST	Todos os inscritos no Cadastro de Atividades Econ�micas, os Profissionais Aut�nomos e Microempreendedores Individuais, deverão apresentar, mensalmente, a Rest, Modelo D (Art. 198 do Decreto n� 1.786/15 – RCTM).	
	ROTI	Os prestadores de serviç�os pessoas jurídicas e equiparadas que atuem no ramo de corretagem, intermediação e administração imobiliária.	
	DTI	A Declaração de Transações Imobiliárias - DTI deverá ser apresentada pelo incorporador e conter� as informações relativas às unidades imobiliárias negociadas ou transacionadas (Art. 224 do Decreto n� 1.786/15 – RCTM).	

(*) Não haverá expediente bancário na segunda- feira e a terç  - feira de Carnaval, devendo os pagamentos ser efetuados na quarta- feira de cinzas (Resolução BACEN n  2.932/2002).

Legenda:

- DMOC:** Declaração Eletrônica Mensal de Operações de Créditos ou Débito
- DMS:** Declaração Mensal de Serviços
- DMS Banco:** Declaração Mensal Eletrônica de Serviços Bancários e de Estabelecimentos de Créditos e Congêneres
- DMOI:** Declaração Mensal de Operações Imobiliárias
- DUAM:** Documento Único de Arrecadação Municipal
- ISSQN:** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- SEFIN:** Secretaria de Finanças
- REST:** Relação de Serviços de Terceiros
- ROTI:** Relatório de Operações e Transações Imobiliárias
- CTM:** Código Tributário Municipal de Goiânia
- RCTM:** Regulamento do Código Tributário Municipal de Goiânia
- ITU:** Imposto Territorial Urbano
- IPU:** Imposto Predial Urbano

Notas:

Nº 1: Calendário Recolhimento

- Profissionais autônomos podem pagar de uma só vez com desconto de 10% ou em até 12 parcelas sucessivas. (Art. 73 da Lei nº 5.040/75).
- **Os valores expressos em Reais (R\$) serão atualizados** por ato do Secretário Municipal de Finanças, até 31 de dezembro de cada ano, com base nos critérios adotados pelo Governo Federal para correção de seus tributos (art. 411, Decreto nº 1.786/15).
- **Arredondamento** dos valores que correspondam a centavos, resultantes dos cálculos dos tributos serão: desprezados, quando inferiores ou igual a R\$ 0,50 e complementados para R\$1, quando superiores a R\$ 0,50 (art. 414, Decreto nº 1.786).
- O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em **moeda corrente ou cheque**, dentro dos prazos fixados na legislação vigente ou no Calendário Fiscal (art. 51, Decreto nº 1786).

Nº 2: Declarações - Prazo de Entrega

O Ato Normativo nº 002/2014-GAB estabelece que as declarações devam ser entregues até o oitavo dia do mês subsequente. Se for dia não útil, o contribuinte deve antecipar o prazo de entrega.

Nº 3: Declaração de Transações Inter Vivos

DTIV, que deverá ser apresentada pelos contribuintes do imposto relacionados no art. 216 do RCTM, o recolhimento do ISTI será feito por meio de DUAM, que poderá ser emitido via internet, com base nos dados constantes da DTIV. (Art. 223 do Decreto nº 1.786/15)

Nº 4: ISTI

A apuração do ISTI será na forma do artigo 10, da Lei nº 6.733/89.

Nº 5: ISSQN – Local da Prestação do Serviço

Os Serviços de Plano de Saúde, administração de Cartão de Crédito e Leasing, com o recolhimento no Município da Prestação de Serviço, estão suspensos pela Liminar ADIN nº 5.835-DF, com decisão em 23/08/20018.

Calendário de obrigações editado com base na legislação vigente **até o vigésimo dia do mês da edição.**
Acompanhe as alterações posteriores.

Proibida a reprodução, parcial ou total, e a divulgação sem prévia autorização do autor. A violação dos direitos autorais (Arts. 101 á 110 da Lei nº 9.610/98 – Direitos Autorais) é crime previsto no art. 184 do Código Penal.